

Os estudantes do Ensino Médio: o que pensam sobre as condições físicas e pedagógicas do ambiente familiar e escolar para sua aprendizagem

High school students: what they think about the physical and pedagogical conditions of the family and school environment for their learning

Wender Silva FALEIRO*
Roberto Valdes PUENTES**

RESUMO: O presente estudo objetivou conhecer os alunos do Ensino Médio das escolas públicas de Uberlândia/MG, e compreender como se preparam para o desenvolvimento de suas atividades pedagógicas. Utilizou-se da abordagem quali-quantitativa. O Ensino Médio de Uberlândia, MG se mostrou constituído por alunos, em sua maioria, do sexo feminino, de cor branca, e na faixa etária ideal de idade. A maioria avaliou como satisfatórias as condições do ambiente familiar e escolar para o desenvolvimento de seus estudos, porém a maioria se mostrou pouco motivados e dispostos no desenvolvimento de hábitos de estudos.

Palavras-chave: Jovens. Hábitos de Estudo. Ensino Médio.

ABSTRACT: This paper aimed to know the high school students from public schools in Uberlândia/MG, and understand how to prepare for the development of their educational activities. We used the quantitative and qualitative approach. The School of Uberlândia, MG proved consisting of students, mostly female, white, and ideal age old. Most evaluated as satisfactory conditions of family and school environment for the development of their studies, but most showed little motivated and willing to develop study habits.

Keywords: Youth. Study habits. High School.

1 Introdução

Conforme dados do INEP (2012), mais da metade dos jovens¹ de 15 a 17 anos ainda não atingiram o Ensino Médio e milhões de jovens com mais de 18 anos e adultos não o concluíram. De acordo com o documento Síntese dos Indicadores Sociais do

***Wender Faleiro** é Professor da Unidade Acadêmica Especial de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão. Licenciado e Bacharel em Ciências Biológicas e Pedagogia; Mestre em Ecologia e Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Líder do Grupo de Pesquisa e Extensão em Ensino de Ciências e Formação de Professores – GEPEEC e Vice-Líder Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação e Desenvolvimento do Campo – NEPCampo. E-mail: wender.faleiro@gmail.com

****Roberto Valdés Puentes** é Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia - FACED/UFU, atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado), na Linha de Pesquisa Saberes e Práticas Educativas. Possui graduação em Educação pelo I.S.P de Sancti Spiritus (Cuba, 1991). Mestre em Ciências Pedagógicas pelo I.S.P de Santa Clara (Cuba). Doutorado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. Pós-Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Granada (Espanha). E-mail: robertopuentes@faced.ufu.br

IBGE: uma análise das condições de vida da população brasileira (IBGE, 2010), constata-se que a taxa de frequência bruta às escolas dos jovens de 15 a 17 anos é de 85,2%, já a taxa de escolarização líquida desses jovens é de 50,9%. Em regiões mais pobres do país, como o Nordeste, por exemplo, a taxa de escolaridade líquida é de apenas 39,1%, enquanto que a taxa de aprovação no Ensino Médio brasileiro é de 75,2%, de reprovação e de abandono são, respectivamente, de 14,1% e de 13,2% (INEP, 2012).

O número de matrículas no ensino médio manteve-se praticamente estável no período de 2007 a 2013, apresentando queda de 0,8% nesse período, em 2007 eram 8.369.369 matriculados contra 8.312.815 em 2013 (UNICEF, 2014). A rede estadual é a que oferece o maior número de vagas, concentrando 85% das matrículas, a rede privada responde por 12,7%, e as redes federal e municipal somam pouco mais que 2% das matrículas (INEP, 2012).

No Brasil existem 27.164 estabelecimentos de Ensino Médio, no entanto sua distribuição é desigual entre as regiões, e desses apenas 2.516 estão na zona rural (INEP, 2012). Quanto à formação docente, 95,4% dos professores que atuam nesse nível de ensino possuem curso superior, desses 85,5% são licenciados, contudo persiste a desigualdade da distribuição da qualificação entre as disciplinas; segundo a UNICEF (2014), apenas 53% dos professores que atuam no Ensino Médio têm formação compatível com a disciplina que lecionam.

A infraestrutura física e os recursos pedagógicos e de pessoal presentes nas escolas são fatores importantes para o sucesso no processo de ensino e de aprendizagem. O INEP (2014, p.33) recomenda que a escola

mantenha padrões de infraestrutura adequados para oferecer ao aluno instrumentos que facilitem seu aprendizado, melhorem seu rendimento e tornem o ambiente escolar um local agradável, sendo, dessa forma, mais um estímulo para sua permanência na escola.

Em relação à infraestrutura física dos estabelecimentos de Ensino Médio da rede pública, em nível nacional, a maioria deles possui, de acordo com o INEP (2014): biblioteca ou sala de leitura (92,2%); laboratório de informática (95,3%); acesso à internet (96,4%) e quadra de esportes (82,2%). Já na rede privada, esses percentuais são de 94,3% (biblioteca ou sala de leitura), 83,5% (laboratório de informática), 98,8% (acesso à internet), 84,1% (quadra de esportes). De acordo com os dados analisados pelo

INEP (2014) as escolas de Ensino Médio públicas possuem melhor infraestrutura que as de Ensino Fundamental.

Diante dos apontamentos apresentados, mesmo que se observem alguns limites, assinalam que o Ensino Médio público enfrenta vários problemas do ponto de vista estrutural, organizacional e de pessoal, mesmo em municípios acima da média nacional como Uberlândia/MG. Neste contexto, o presente estudo objetivou conhecer os alunos do Ensino Médio de escolas públicas de Uberlândia/MG e compreender como se preparam para o desenvolvimento de suas atividades pedagógicas e suas relações e avaliações do ambiente escolar e familiar para sua aprendizagem.

2 Metodologia

O estudo foi realizado no município de Uberlândia, sede da Superintendência de Ensino Regional de Uberlândia (SRE), que dispõe de 234 estabelecimentos educacionais, 48 deles de Ensino Médio, dos quais 26 são estaduais. Dos 26 estabelecimentos estaduais de ensino do município de Uberlândia-MG, que oferecem Ensino Médio, foram selecionadas sete escolas. A seleção das escolas que compõem o objeto do estudo seguiu o critério das médias gerais obtidas por cada estabelecimento de ensino no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM, 2009), sendo três com notas superiores a média do município; e quatro com notas inferiores à média. O anonimato foi mantido às Escolas.

A amostra foi integrada pela totalidade de alunos das sete escolas estaduais, matriculados no Ensino Médio, presentes no dia da aplicação dos questionários, e que aceitaram participar da pesquisa, após se considerarem esclarecidos e livres. O questionário foi aplicado aos alunos, com 20 questões objetivas (com aproximadamente 100 itens) com a finalidade de traçar o perfil dos alunos (sociodemográficas, tipos de estrutura familiar, grau de escolaridade dos pais), suas representações sobre a escola (avaliação das condições físicas e pedagógicas que a escola oferece para o estudo), sobre os docentes (avaliação das condições pedagógicas que os professores oferecem para o estudo), sobre o ambiente familiar (avaliação das condições que o ambiente familiar lhe oferece para o estudo), e sobre sua disposição pessoal para o estudo e o resultado de seu empenho escolar.

Utilizou-se da abordagem quali-quantitativa, pois essa tende a atender plenamente aos objetivos a serem alcançados nesse estudo. A análise dos dados consistiu na organização sistemática dos dados coletados em planilha utilizando o programa Excel da Microsoft (2007), por categorias e indicadores, com o objetivo de aumentar a compreensão sobre os fenômenos em estudo e facilitar a sua manipulação, sintaxe, procura de padrões, descoberta de aspectos importantes.

3 Resultados e Discussões

A amostra foi integrada pela totalidade dos alunos oficialmente matriculados, presentes no dia da aplicação dos questionários e que aceitaram, esclarecidos e livremente, participar da pesquisa. No total, 1.040 alunos responderam os questionários de todos os três níveis de seriação do Ensino Médio, tendo uma distribuição equitativa com 36% que cursavam o 1º ano; 32% o 2º ano e 32% o 3º ano conforme Tabela 1.

Tabela 1: Relação quantitativa de alunos amostrados por série das sete escolas estaduais de Ensino Médio do Município de Uberlândia/MG.

	Escolas Estaduais (E.E.) selecionadas	N de alunos			N total de alunos/escola
		1º ano	2º ano	3º ano	
Grupo I ¹	Escola Estadual “A”	75	98	52	225
	Escola Estadual “B”	62	37	50	149
	Escola Estadual “C”	55	47	53	155
Grupo II ²	Escola Estadual “1”	41	47	43	131
	Escola Estadual “2”	28	19	37	84
	Escola Estadual “3”	52	38	45	135
	Escola Estadual “4”	61	51	49	161
Total Geral (N)		374	337	329	1.040
Total Geral (%)		35,97	32,4	31,63	100

*Fonte: Tabela elaborada para o presente estudo com dados básicos obtidos do MEC/INEP

¹- Escolas com as melhores notas no ENEM – 2009

²- Escolas com as notas mais baixas no ENEM - 2009

Do total de estudantes (1.040) que responderam aos questionários, a maioria foi do sexo feminino (58,9%). A Escola Estadual “2” foi a que apresentou o maior índice de mulheres estudantes no Ensino Médio (68,3%), inferimos que tal fato pode ser explicado pela localização da escola, (bairro Canaã, zona Oeste de Uberlândia) onde residem pessoas de baixo poder aquisitivo, e a maioria dos jovens do sexo masculino começam a desempenhar atividades produtivas em período integral, e passam a frequentar a escola no período noturno.

O predomínio de mulheres, também, foi uma tendência em todas as 13 capitais estudadas por Abramovay e Castro (2003), onde o índice de matrículas no Ensino Médio é de 54% para as mulheres e de 46% para os homens. A presença de mulheres nos níveis mais elevados da educação é confirmada pelo INEP (2014), segundo o qual, a partir do Ensino Médio, as mulheres apresentam uma superioridade numérica em relação aos homens. Em nível nacional, homens de 19 anos, que possuem 11 anos de estudo, representam 41,4%, enquanto as mulheres correspondem a 55,8%. Essa desvantagem continua, conforme o UNICEF (2014), 914.047 homens de 15 a 17 anos não frequentam a escola, contra 808.128 de mulheres. A região Sudeste apresenta o maior número absoluto de homens, nessa faixa etária, fora da escola: são 334.068, seguido da região Nordeste, com 288.828. No caso das mulheres, essas duas regiões - Sudeste (276.158) e Nordeste (267.538) - também são as líderes de mulheres, nessa faixa etária, que não estão frequentando uma escola (UNICEF, 2014).

Idade- A relação ideal idade/série estabelece que o aluno de 15 anos deva estar cursando o primeiro ano desse nível de ensino, o que levaria à sua conclusão aos 17 anos, a maioria dos alunos pesquisados (83,3%) está nessa faixa etária conforme demonstrado na Figura 1 (o aluno mais velho possuía 24 anos), valores semelhantes foram encontrados por Abramovay e Castro (2003) em São Paulo e Curitiba. Aqueles que estão acima dessa idade são considerados em atraso escolar. No presente estudo, essa taxa foi 14% abaixo da taxa brasileira, que é de 29,5% de estudantes matriculados no Ensino Médio fora da idade correta. Ao analisarmos, dentre esses alunos, o atraso escolar de dois anos ou mais, essa taxa sobe para 34,4% (INEP, 2014). Apesar do alto percentual de alunos com distorção idade-série, em nível nacional, a análise dos dados de evolução entre os anos de 2010 a 2013, feita pela plataforma de dados educacionais QEdu (10/05/2015), mostra que o atraso escolar no Ensino Médio recuou 5,4% entre os estudantes matriculados na rede pública. Os estados com maior redução da distorção

idade-série são: Pernambuco (-29,1%), Paraíba (-29%), Alagoas (-28,9%), Piauí (-26,7%) e Maranhão (-24,8%). Os dados de 2013 (INEP, 2014) mostram que as maiores taxas de distorção idade-série nesse nível de ensino ocorrem nas regiões Norte e Nordeste e são maiores as distorções ao comparar escolas de zonas urbana e rural, Pará (57,3%), Sergipe (50,7%) e Piauí (49,2%).

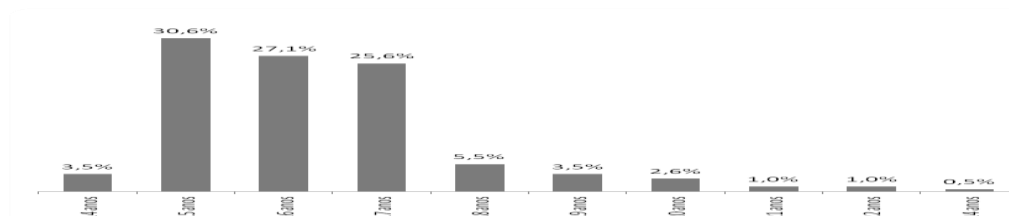


Figura 1: Distribuição dos estudantes do Ensino Médio Estadual de Uberlândia/MG, por idade.

Fonte: Resultados coletados em questionários específicos para o presente estudo, modelo – Apêndice 1.

O UNICEF (2014) chama a atenção que em nível nacional a exclusão escolar cresce com o tempo. Adolescentes de 15 anos que não frequentam a escola correspondem a 8% do total dessa população no Brasil; de 16 anos excluídos são 14,3%; e na idade de 17 anos, essa taxa quase duplica, 27% estão fora da escola.

Cor da pele - Solicitou-se aos alunos que definissem sua cor, apresentando-se como opções as categorias *branco, preta, amarela, parda, e indígena* (utilizada pelo IBGE nos censos demográficos), e obteve-se o predomínio de identificações de cor branca com 45,15%, seguida pela parda 33,05%, preta 15,47%, amarelos 5% e indígena 1,34%.

Na Escola Estadual “A” foi encontrado o maior número de estudantes que se identificaram como brancos (64,9%) e o menor índice foi encontrado na Escola Estadual “2” (20,2%), nela, também, foi encontrado o maior índice de autoidentificações de ser negro (33,4%) e pardo (42,9%). Como não foi objetivo desta pesquisa explorar mais detidamente os sentidos sobre a singularidade dos achados quanto à autoidentificação racial desses alunos, esse dado leva a crer que a conscientização da comunidade jovem pelos movimentos de entidades da cultura afrodescendente, que são bem presentes no município, e a presença cada vez maior da valorização da cultura e da obrigatoriedade do estudo da história da população africana, presentes no ensino regular, estão surtindo efeitos positivos, como a conscientização da miscigenação do povo brasileiro e a valorização da cultura dos diversos povos.

Estrutura familiar - A visão socialé, muitas vezes, reforçada na escola e, sobretudo, na sala de aula, ampliando o processo de exclusão dos já excluídos socialmente, seja pela etnia, raça, classe social, capital econômico, social e cultural, religião, dentre outros. Pesquisas e estudos do campo educacional evidenciam o peso de variáveis como: capital econômico, social e cultural (das famílias e dos alunos) na aprendizagem escolar e na trajetória escolar e profissional dos estudantes. Romanelli (1994) diz que o nível de renda, o acesso a bens culturais e tecnológicos, como a Internet, a escolarização dos pais, os hábitos de leitura dos pais, o ambiente familiar, a participação dos pais na vida escolar do aluno, a imagem de sucesso ou fracasso projetada no estudante, as atividades extracurriculares, dentre outras, interferem significativamente no desempenho escolar e no sucesso dos alunos.

O poder econômico, nível de estudo ou cultura dos próprios pais ou cuidadores, também, influencia o perfil dos alunos. Nas sete escolas pesquisadas pôde-se constatar que mais da metade das mães trabalham fora (69,6%) e a maioria dos pais (86,7%) e poucas famílias possuem renda inferior a um salário mínimo (2,3%), a maioria (60%) possui renda entre um salário e meio a seis salários.

Quanto à estrutura familiar, a maioria dos entrevistados possui irmãos (91,29%), e 63,95% desses moram com o pai e a mãe (21,75% moram com a mãe; 4,23% com o pai; 5,44% com os avós e 4,53% com outros), configurando a vivência em família extensa. Tal fato, também, foi observado em todas as 13 capitais estudadas por Abramovay e Castro (2003), onde a metade dos alunos mencionou que vive com pai, mãe e irmãos, sendo que em São Paulo chegam a 72,4% os que se enquadram nessa categoria.

Como observado nos resultados, a proporção dos que citam que vivem somente com a mãe é bem superior àquela dos que indicam que vivem somente com o pai. Os dados revelam que 21,75% residem com a Mãe enquanto que 4,23% com o Pai, confirmando a grande presença de famílias chefiadas por mulheres na estrutura familiar brasileira. O UNICEF (2014) indica que algumas características domiciliares podem influenciar no insucesso/exclusão escolar tais como: a disponibilidade de serviços básicos, como água e eletricidade, o tamanho das famílias, as condições socioeconômicas, o ambiente doméstico e as atitudes em relação à violência.

A questão da renda familiar e de domicílio (rural ou urbano) são fatores importantes de exclusão escolar. De acordo com o UNICEF (2014), os jovens de 15 a 17 anos, de famílias com renda familiar per capita mais baixa, que não frequentam a escola, representam 18,2%; e a quantidade de jovens brasileiros nessa faixa etária que estão fora da escola na zona urbana é de 15,6%, contra 19,4% que residem na zona rural. Continuando a análise da exclusão escolar brasileira, o UNICEF (2014) revela que 3,5% (N=59.853, desses 38.495 são homens e 21.358 são mulheres) dos jovens, nessa faixa etária, nunca frequentaram a escola, e permanecem as diferenças quanto à cor da pele desses jovens que nunca frequentaram a escola: 34.332 são declarados negros; 24.555 brancos; 966 amarelos e indígenas. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2011) mostram ainda que o número de jovens de 15 a 17 anos analfabetos é de 142.175, jovens esses que, apesar de terem frequentado a escola em algum momento, não conseguiram se alfabetizar.

No presente estudo constatou-se que as escolas com melhores notas no ENEM, apresentam uma maior porcentagem de alunos que vivem com os pais e mães. Tal fato pode indicar a possível relação entre a estrutura familiar estável com pais e mães com os melhores desempenhos nos estudos, pois em um ambiente familiar, onde predomina a presença de pais e mães, a família acaba por se tornar uma ótima aliada aos estudos dos filhos, incentivando-os e demonstrando apoio nos estudos e na superação de desafios.

Grau de escolaridade dos pais -Os pais desses alunos possuem pouca instrução escolar, sendo que quase $\frac{1}{4}$ (23,2%) não concluíram o Ensino Fundamental. Os dados mostram diferenças significativas entre a escolaridade da mãe e a do pai; verificou-se que elas estudam mais do que eles. Quase o dobro de mães (11,9%), em relação aos pais, concluíram o curso superior; 25,2% concluíram o Ensino Médio e 14,04% o Ensino Fundamental. Porém, encontrou-se dois pais que fizeram Mestrado e Doutorado e apenas uma mãe mestre e doutora.

No Brasil, uma grande porcentagem de pais de alunos da escola fundamental teve uma escolarização precária. A PNAD de 2003 registra que a média de anos de estudo das mulheres de 20 a 24 anos é atualmente de 8,9 anos. Mas chama atenção os resultados encontrados quanto ao índice de pais/mães com formação de nível superior na Escola Estadual “A”(23,4%), quase dez vezes superior ao da E. E. “2”, onde apenas

2,5% dos pais/mães possuem formação superior, o que indica a relativa heterogeneidade de situações sócio-educacionais dos pais dos alunos entre as escolas estudadas.

Esses dados podem indicar uma estreita relação entre o grau de instrução dos pais com o sucesso escolar dos filhos, haja vista que a Escola Estadual “A” é a escola estadual com maior nota no ENEM da cidade de Uberlândia. Por outro lado, a Escola Estadual “2” possui outros fatores que, conjuntamente com a baixa escolarização dos pais dos alunos, pode influenciar diretamente no rendimento escolar destes, como altos índices de criminalidade, baixa distribuição de renda, desestruturação familiar e estar situada em uma região periférica.

O UNICEF (2014, p. 38) mostra que a renda influi no fluxo escolar:

dos adolescentes de 16 anos de famílias mais pobres, 42,5% têm oito anos de estudo, enquanto 85,3% daqueles com famílias mais ricas encontram-se na mesma situação. Na população de 19 anos de idade, apenas 29,2% dos oriundos de famílias mais pobres têm 11 anos de escolaridade, ante 78,3% daqueles de famílias mais ricas.

Rios Neto et al. (2002), em seu trabalho sobre o impacto da educação materna na progressão escolar por série no Brasil, demonstram que não há propriamente determinismo quanto à influência do nível de escolaridade da mãe sobre o desempenho escolar de crianças e jovens, ainda que essa seja importante. Ele indica, por meio de modelos de simulação, que o nível educacional do professor pode eliminar tal efeito, ou seja, que a escola pode ter um efeito mais importante na progressão escolar, em particular nas primeiras séries, que o nível de escolaridade da mãe, quando os alunos dispõem de professores com boa formação.

Concorda-se com Rios Neto et al. (2002), ao afirmarem que os melhores professores de escolas públicas, os mais graduados academicamente e com mais tempo de experiência, é que deveriam lecionar preferencialmente nas séries mais baixas e nas regiões mais carentes, pois é nessas áreas das cidades onde encontram-se os alunos filhos de mães menos escolarizadas, neste caso, o efeito substituição de equidade estaria sendo potencializado.

Os alunos avaliaram as condições do ambiente familiar para o desenvolvimento de seus estudos (Tabela 2) e, ao se analisar os dados, percebe-se que a maioria avaliou a todos os itens como satisfatórios e aceitáveis, sendo que 70% dos itens tiveram avaliação satisfatória (nota de 9 a 10) por mais de 50% dos alunos. Diferentemente do

que avaliaram a escola, quanto à acessibilidade a computadores e internet (onde 47,9% estavam insatisfeitos) e, em casa, 76% disseram ter computador conectado à internet e quase 90% disseram ter espaço apropriado ao estudo.

Tabela 2: Avaliação das condições do ambiente familiar para o estudo segundo os alunos das sete escolas estaduais de Ensino Médio do Município de Uberlândia – MG.

Condições				
	% de Satisfatório Nota 9 a 10	% de Aceitável Nota 7 a 8	% de Insatisfatório Nota 0 a 6	% que Não sabe e/ou não respondeu
Espaço próprio para estudar	57,22	31,93	10,12	0,74
Espaço de estudo apropriado para o estudo (acústica, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza)	52,05	32,95	13,96	1,05
Espaço de estudo com computador	59,14	20,27	19,22	1,37
Espaço de estudo com acesso à internet	59,09	16,91	22,30	1,69
Espaço de estudo com livros e revistas científicas	28,75	44,40	25,05	1,80
Ambiente familiar propício para estudar	51,54	35,31	12,41	0,74
Horário diário para estudar	29,07	41,33	27,17	2,43
Os pais incentivam o estudo	70,53	23,16	5,89	0,42
Os pais adquirem livros para você estudar	42,22	35,66	21,06	1,06
Os pais reconhecem o esforço realizado em relação ao estudo	57,25	29,21	12,59	0,95

Fonte: Resultados coletados em questionários específicos para o presente estudo.

Perante esses resultados, de um ambiente familiar propício e que prioriza a educação desses jovens, ficaria a dúvida se a(s) ‘falha(s)’ estariam apenas no ambiente escolar? Contudo, ao se analisar os resultados, encontram-se algumas respostas que podem esclarecer essas divergências. Percebe-se que em todos os itens referentes à disposição pessoal para o estudo, exceto a pontualidade, menos de 50% dos alunos os avaliaram como satisfatório. Ou seja, constata-se que os alunos, mesmo tendo um ambiente familiar que propicie a aprendizagem, não o aproveitam de forma satisfatória, haja vista apenas 26,32% se prepararem diariamente para as aulas que terão no dia seguinte; 34,77% realizarem as tarefas escolares de casa; 35,13% estudarem em casa; 39,05% possuírem disposição física e 36,81% disposição emocional para o estudo.

O dever de casa é considerado, tradicionalmente, como uma estratégia de ensino que serve para a fixação, revisão, reforço e preparação para aulas e provas, na

forma de leituras e exercícios. Seu conteúdo, geralmente, restringe-se ao currículo escolar, incluindo às vezes eventos familiares e comunitários, ou programas de televisão, como atividades de enriquecimento curricular ou estratégia de conexão das matérias escolares com a vida cotidiana. E se justifica de acordo com Carvalho (2004), pela construção da independência, autonomia e responsabilidade do estudante por meio do desenvolvimento de hábitos de estudo.

Contudo, a hipótese de que quanto mais dever de casa maiores notas nos testes tem base na experiência social, conforme Carvalho (2004). Já, os estudos de correlação entre participação dos pais na vida escolar dos filhos e aproveitamento escolar medido por testes padronizados realizados por Bourdieu (1986), quanto à influência do dever de casa na aprendizagem e sucesso escolar, não encontrou relação e nem incremento no investimento cultural dos alunos.

Todavia, prefere-se conceber o dever de casa como um incentivo à construção do hábito de estudo em casa (que, como visto neste estudo, poucos o têm), e a fim de complementar e consolidar os conhecimentos, sendo também um fator de motivação frente ao prosseguimento dos estudos.

Outros fatores relevantes, e que poucos aproveitam satisfatoriamente, são: o tempo das aulas (34,88%), realização das atividades escolares na sala de aula (42,8%), assiduidade (45,36%) e apenas 21,6% comparecem ao atendimento individualizado que os professores oferecem. O motivo de esse último item ter o valor baixo pode ser devido ao horário incompatível em que o atendimento é marcado, pois muitos alunos reclamaram do mesmo acontecer em horário que eles não podem comparecer.

Analisando os resultados, percebe-se baixo índice de autoavaliação como 'satisfatório' nos itens relacionados à expressão verbal e escrita e de leitura desses estudantes. Esses baixos índices de hábitos, habilidades e disposição para os estudos podem ser reflexo da pouca motivação e empenho dos docentes quanto à preparação e ao desenvolvimento de suas aulas, como visto neste estudo, e também por Puentes (2010), no qual a maioria dos professores em exercício e os futuros professores em formação dão pouca ou nenhuma importância à preparação organizativa da aula para o ensino.

4 Considerações Finais

Pela análise dos dados, o Ensino Médio de Uberlândia, MG, se mostra constituído por alunos, em sua maioria, do sexo feminino (58,9%), de cor branca (45,15%), estão na faixa etária ideal idade/série (83,3%), possuem irmãos (91,29%), residem com o pai e a mãe (63,95%) e possuem uma renda familiar entre um salário e meio a seis salários (60,06%). Os pais desses alunos possuem pouca instrução escolar, sendo que quase $\frac{1}{4}$ (23,2%) não concluíram o Ensino Fundamental. Esses dados indicaram uma estreita relação entre o grau de instrução dos pais com o sucesso escolar dos filhos. Esse fator conjuntamente com outros, como: baixa distribuição de renda, desestruturação familiar e viverem em uma região periférica, podem influenciar diretamente no rendimento escolar dos alunos.

Quando esses alunos avaliaram as condições do ambiente familiar e escolar para o desenvolvimento de seus estudos, a maioria avaliou como satisfatórios e aceitáveis tais ambientes, a principal reclamação foi da escola, quanto à acessibilidade a computadores e internet (onde 47,9% estavam insatisfeitos). Porém, constatou-se que esses alunos (mesmo tendo um ambiente familiar que propicie a aprendizagem), não o aproveitam de forma satisfatória, pois poucos se preparam diariamente para as aulas, realizam as tarefas e estudam em casa. Outro fator relevante é que poucos aproveitam, de forma satisfatória, o tempo das aulas na realização das atividades, faltam muito e não participam do atendimento individualizado que os professores oferecem.

Findamos com uma pergunta, que merece reflexão: O que leva esses jovens estarem pouco motivados e dispostos a hábitos de estudos?

É necessário reconhecermos que a escola precisa mudar e almejar seu lugar como instituição cultural. As mudanças precisam ser complexas e buscar o encontro de um lugar próprio de construção, de algo novo que permita a expansão das potencialidades humanas e a emancipação do coletivo. Não apenas uma simples adaptação (um “remendo”) para atender aos interesses econômicos do sistema.

Com essa reflexão não se atribui apenas à escola “a, b, ou c” a responsabilidade pela qualidade da educação e muito menos apenas ao docente. A escola carrega objetivos econômicos, políticos, ideológicos, culturais e sociais. Contudo, acredita-se ser possível a mudança e para “desatar o nó nórdico” da qualidade educacional do

Ensino Médio brasileiro, a escola necessita assumir o seu poder. Seu poder é a mobilização coletiva, a qual será capaz de criar condições e motivos para a realização de projetos e ações coletivas que englobem e envolvam efetivamente todos os atores escolares, consolidando uma cultura coletiva.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. **Ensino Médio**: múltiplas vozes. Brasília: UNESCO, MEC, 2003. 662p.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. (ed.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York: Greenwood Press, p. 241-258. 1986.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2013**: resumo técnico/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília: O Instituto, 2014. 39 p.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE**: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica**. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **EDUCASENSU 2010**. Brasília: 2011.

CARVALHO, M. E. P. Escola como extensão da família ou família como extensão da escola? O dever de casa e as relações família–escola. **Revista Brasileira de Educação**. nº 25, 2004.

PUNTES, R. V. **Didática II**. Coleção Pedagogia a Distância UFU/UAB. Uberlândia – MG: Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Aberta do Brasil, 2010. 99p.

RIOS NETO, E. L. G.; CÉSAR, C. C.; RIANI, J. L. R. **Estratificação educacional e progressão escolar por série no Brasil**. CEDEPLAR/UFMG, Mimeo, 2002.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1994.

UNICEF. **10 desafios do ensino médio no Brasil**: para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos / [coordenação Mário Volpi, Maria de Saete Silva e Júlia Ribeiro]. – 1. ed. – Brasília, DF, 2014.